especial

apubh
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

A propósito do corte de dias parados de parcela dos funcionários técnico-administrativos da UFMG, o Conselho de Representantes da APUBH, reunido em 05/1190, aprovou o seguinte documento:

UM CASO DE CORTE E POSTURA

"Até que um dia o mais frágil deles.
Entra sozinho em nossa casa,
Rouba-nos a Lua e
Conhecendo nosso medo,
Arranca-nos a voz da garganta
E porque não dissemos nada,
Já não podemos dizer nada".
(E. A. Costa in Um passeio com Maiakowsky).

Não constitui surpresa para quase ninguém o recebimento de telex do MEC recomendando que a Universidade providenciasse a listagem dos funcionários técnico-administrativos faltosos ao expediente no período de 11/09 a 05/10/90. Telex semelhantes em momentos similares foram no passado enviados à UFMG.

Não foi fonte de espanto para quase ninguém a remessa de cópias de telex para as Diretorias de Unidade e transferidas às Chefias, pedindo sugestões ou sugerindo sua implementação. Comportamentos similares em momentos semelhantes foram no passado também observados entre nós.

Causou, porém, perplexidade para muitos a defesa da confecção de listas, e posteriormente de sua leitura, por fração substancial de nossos dirigentes. Comportamentos semelhantes **não** se consubstaciaram em situações similares no passado.

Por que nos conduzimos diferentemente agora? O motivo das faltas seria irrelevante? A justiça da paralisação seria duvidosa? O corpo docente, não tendo estado igualmente parado nesses dias, deveria ter outra postura? Ou foi receio, um pouco maior, do atual interlocutor que nos levou a tal?

Vários foram os argumentos apresentados nas diferentes instâncias e em diferentes momentos pelos proponentes da preparação das indigitadas listas. Alguns deles:

a - Há que se cumprir a lei;
b - É uma questão de princípios, o grevista tem que assumir as conseqüências de seus atos;
c - Estamos apenas encaminhando um acordo feito pelos próprios grevistas;
d - Está na hora de moralizar a instituição;
e - Daremos um exemplo à opinião pública do nosso zelo pelo dinheiro público;
f - Paciência! Foi um jogo-de-força, perdeu o mais fraco;
g - Está posta em questão a credibilidade da Universidade;
h - É impossível resistir à pressão, vinda de quem vem.

Nossos dirigentes, das Chefias de Setor à Reitoria, sentem-se representantes do governo, e de fato são; sentem-se igualmente representantes da comunidade que os elegeu, e, às vezes, de fato, também, o são. Servir a esses dois senhores é tarefa difícil. Acaba-se optando por um deles.

Não acreditamos que a postura de nossos hierarças neste "affaire" venha aumentar a credibilidade da instituição. Público interno e público externo prezam também valores outros que não o da eficiência (ou da subserviência?) e o do cumprimento da ordem (ainda que espúria), a qualquer preço.

Manifestações freqüentes de insatisfação podem ser indicativo de grave doença debilitadora do organismo universitário. Ao invés de apenas procurar calar os descontentes, melhor faríamos se atacássemos as causas do descontentamento. Em vez de corte repressor, o trem pagador, ensinava um mineiro de outra cepa.

Demonstração de força pelo dirigente pode ter variada motivação. Intimidação dos dirigidos, reconhecimento da justeza de suas reivindicações e firmeza de princípios são algumas delas. Se a escolha da primeira pode ser tomada como sintoma de fraqueza do dirigente, a da segunda opção pode significar busca de diminuição do grau de injustiça do sistema. Se acompanhada da firmeza de princípios, a segunda opção só tem a engrandecer quem a pratica.

O dirigente não precisa armar-se contra seus dirigidos, mas sim escudar-se na confiança destes. Ao invés de ameaçá-los, convocá-los para apoiar ações comuns.

A feitura de listas como foi proposta e como foi aceita e cumprida é fonte geradora de inconveniências, para não dizer de iniqüidade. Quebra de confiança na hierarquia, acirramento desnecessário de tensões, penalização dos quadros mais verazes, em benefício dos mais falazes, ameaça aos movimentos reivindicatórios por medidas mais justas, inibição do desencadeamento de ações coletivas, exacerbação do individualismo, enfraquecimento do desejável entrosamento entre os corpos docente e técnico-administrativo e subordinação cada vez maior ao voluntarismo de obscuros burocratas do MEC são algumas das prováveis conseqüências de nossa atual decisão e reveladoras de seu despropósito.

A motivação determinante dessa medida não parece ser de natureza econômica. O retorno de míseros cruzeiros descontados dos mais miseráveis (a maioria dos atingidos é constituída pelos mais mal-pagos) será certamente irrisória ante despesas com as inúmeras reuniões de Conselhos Universitários, Conselhos Diretores, Congregação, Câmara etc. etc. (Procurou-se estimar o montante despendido neste mister?). Teria sido outro o encaminhamento da questão, se estivessem entre os descontáveis os de salário mais alto?

A medida também não é de princípio. Por que a súbita compulsão de se apurar o ponto apenas justamente entre os dias 11/09 a 05/10/90? E a inadimplência de funcionários (e professores?) nos demais dias? Por que descontar-se os dias trabalhados e ao mesmo tempo admitir-se que não houve falta do servidor? Por que não se confiou nas **folhas de ponto**, instrumentos oficiais de apuração de freqüência? De quem é a responsabilidade pela sua nenhuma credibilidade? Que princípios são esses? Há um cheiro de farsa no ar!

O argumento de que haveria um acordo assinado em que constaria o corte parcelado dos dias parados também não se sustenta. O Comando Nacional de Greve dos Funcionários em nota divulgada aos seus filiados desmente a existência de tal acerto.

A legalidade da medida é, também, questionável. Foi a greve considerada abusiva? Pode o MEC cortar dias de setembro, visto que este mês já foi pago? O Conselho Universitário não teria que ser ouvido?

Cabe, finalmente, a interpretação de que a estratégia seguida pelo Governo, e endossada pela Universidade, seja na sua essência um recado. Um recado para silenciar as poucas vozes capazes de expressar abertamente seu descontentamento, sejam elas de funcionários ou professores.

Como um pouco de memória não faz mal a ninguém, lembremo-nos do passado recente! De fazedores de lista de servidores de baixo escalão, poderemos passar a de listas de funcionários em disponibilidade, – a de listas de aposentados e, num belo dia, a de listas de fazedores de lista. É esperar para ver. Aliás, já não andam dizendo que só não vê quem não quer ver?

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA APUBH

Belo Horizonte, 5 de novembro de 1990